



INFORMATIVO GIAC 175, de 08 de junho de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o GIAC COVID-19 tem a informar o que se segue:

Acompanhamento e informações relativas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia

Considerando a instalação, em 27 de abril de 2021, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPIPANDEMIA) destinada à apuração das ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da crise sanitária decorrente da Covid-19, o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) acompanhará e veiculará, por meio do Informativo Giac, os desdobramentos da ação legislativa. Confira, a seguir, as audiências realizadas pela Comissão no Senado Federal, bem como a pauta prevista para os próximos dias:

- [4/5/2021- Oitiva do ex-Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta](#)
- [5/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro da Saúde Nelson Teich](#)
- [6/5/2021- Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)
- [11/5/2021- Oitiva do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\), Antonio Barra Torres](#)
- [12/5/2021 – Oitiva do ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência Fábio Wajngarten](#)
- [13/5/2021 – Oitiva do Gerente Geral da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo](#)
- [18/5/2021 – Oitiva do Ex-Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo](#)
- [20/5/2021 – Oitiva do Ex-Ministro da Saúde General Eduardo Pazuello](#)
- [25/5/2021 – Oitiva da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mayra Pinheiro](#)
- [26/5/2021 - Audiência deliberativa](#)
- [27/5/2021 – Oitiva do Diretor do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas](#)
- [1/6/2021 - Oitiva da médica oncologista e imunologista Nise Hitomi Yamaguchi](#)
- [2/6/2021 – Oitiva da Ex-Secretária de Enfrentamento à Covid do Ministério da Saúde, Luana Araújo](#)
- [8/6/2021 - Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)

- [9/6/2021, às 9h – Oitiva do Coronel Antônio Élcio Franco Filho](#)
- [10/6/2021, às 9h – Oitiva do Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima](#)
- [11/6/2021, às 9h – Audiência Pública Interativa com os especialistas Nathália Pasternak, microbiologista e pesquisadora da Universidade de São Paulo \(USP\), e Cláudio Maierovitch, médico sanitário da Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\) e ex-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\).](#)

Para mais informações e consulta aos expedientes enviados e recebidos, planos de trabalho, textos e relatórios atinentes à CPI da Pandemia, acesse o [link](#).

Fonte: Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Ramos do Ministério Público na Paraíba atuam em favor do SUS para destinação de recursos obtidos em TACs durante a pandemia

O Ministério Público Federal (MPF) na Paraíba (PB) tem mantido atuação conjunta com outros ramos do MP no acompanhamento de possíveis infrações envolvendo, por exemplo, violação à ordem prioritária de vacinação e protocolos sanitários, ao longo da atual pandemia de Covid-19. Após apuração dos ilícitos, o objetivo é destinar recursos obtidos, por meio de acordos, em favor do Sistema Único de Saúde (SUS) e da população paraibana.

No caso mais recente, MPF/PB e MP/PB firmaram termo de ajustamento de conduta (TAC) com a Igreja Assembleia de Deus Brás, localizada no bairro do Bessa, em João Pessoa. O acordo engloba reparações, inclusive, quanto ao dano moral à coletividade. A instituição religiosa se comprometeu a adquirir, em 30 dias, equipamentos destinados à maternidade do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW), no valor de R\$ 19,1 mil.

O caso recente e o acordo - Foi constatado pela Vigilância Sanitária do município de João Pessoa que a igreja promoveu aglomeração de pessoas, durante uma celebração religiosa realizada no último dia 2 de maio. Os membros dos Ministérios Públicos consideraram que os fatos caracterizam infrações a dispositivos legais relacionados à política de enfrentamento à pandemia e que podem ter contribuído para o aumento dos índices de infectados pelo vírus e, conseqüentemente, para as mortes decorrentes da infecção.

Outros casos - Os órgãos ministeriais reforçam que têm atuado em conjunto para destinação de recursos obtidos em acordos relacionados a possíveis infrações sanitárias na pandemia de Covid-19, visando a atender necessidades da rede pública de saúde, que sofre os impactos das violações às normas de prevenção. Para tanto, conforme Recomendação Conjunta CN-CES Nº 1, que dispõe acerca da atuação coordenada do Ministério Público Brasileiro no enfrentamento da epidemia, buscam apurar

conjuntamente os casos em questão promovendo os encaminhamentos cabíveis nas respectivas esferas de atribuição, bem como deliberando sobre alternativas de reparação que atendam ao SUS.

No mês passado, [MPF e MP/PB firmaram TAC com a empresa Celebrate Eventos Ltda e seu sócio proprietário](#). Foram destinados R\$ 10 mil ao Complexo Hospitalar de Doenças Infectocontagiosas Clementino Fraga (referência no tratamento da Covid-19), em João Pessoa, a título de reparação, por parte dos compromissários, inclusive quanto ao dano moral à coletividade por descumprimento de protocolos sanitários, durante um evento realizado no ano passado.

De acordo com o TAC, os R\$ 10 mil poderão ser revertidos na compra de máscaras PFF2/N95. A empresa também se comprometeu a ceder ao Hospital Clementino Fraga um freezer horizontal, um fogão industrial e uma bancada, em bom estado de conservação, que estavam instalados e sem uso no empreendimento.

Outro caso de TAC celebrado em 2021, com participação do [Ministério Público do Trabalho \(MPT\) e do Ministério Público da Paraíba \(MP/PB\)](#), foi o do [Hospital Nossa Senhora das Neves \(HNSN\), em João Pessoa](#), que se comprometeu a oferecer serviços hospitalares à população paraibana. Dentre os serviços que serão ofertados estão procedimentos cirúrgicos de partos e cirurgias de revascularização, os quais serão prestados mediante procedimento de regulação municipal e/ou estadual, a depender da natureza da doença, no prazo máximo de um ano.

O acordo refere-se a irregularidades na interpretação do Programa Nacional de Imunizações (PNI) quando da vacinação contra a Covid-19 no HNSN, ocorridas em janeiro e fevereiro de 2021. Além dos serviços hospitalares à população do estado, o TAC prevê a destinação de recursos em favor do Hospital Padre Zé e do Asilo Lar da Providência, ambos na capital da Paraíba.

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal na Paraíba

Operação Bal Masqué: MPF em Pernambuco ofereceu denúncia perante a Justiça Federal por irregularidades na aquisição de EPIs e camas hospitalares para o enfrentamento da Covid-19

O Ministério Público Federal (MPF) em Pernambuco (PE) ofereceu denúncia contra cinco pessoas no âmbito da Operação Bal Masqué, deflagrada em julho do ano passado para investigar irregularidades na compra de equipamentos de proteção individual (EPIs) e camas hospitalares pela Secretaria de Saúde do Recife, com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) para o enfrentamento da pandemia da Covid-19. A denúncia é assinada pelo Procurador da República João Paulo Holanda Albuquerque.

São alvos da ação o ex-secretário de Saúde do Recife Jailson de Barros Correia, o ex-diretor executivo de Administração e Finanças da Secretaria de Saúde do município Felipe Soares Bittencourt e a ex-gerente de Conservação de Rede da Secretaria de Saúde do Recife Mariah Simões da Mota Loureiro Amorim Bravo, bem como os empresários Jones Marco de Arruda Moura e Renata Deud Salomão Rameh Sarmiento, administradores da Delta Med Distribuidora de Medicamentos. Os denunciados são acusados da prática dos crimes de falsidade ideológica, uso de documento falso, fraude a ato de processo

licitatório e desvio de recursos.

Íntegra

[Denúncia \(Autos nº 0811210-33.2021.4.05.8300\)](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público Federal em Pernambuco

PFDC encaminhou ofício aos PRDCs de Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo com o objetivo de sugerir a realização de ação coordenada para apurar violações aos direitos à vida e à saúde decorrentes da realização da Copa América no Brasil

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) encaminhou, na segunda-feira (7), pedidos de apuração de possíveis violações de direitos humanos que envolvam a realização da Copa América, aos procuradores regionais dos Direitos do Cidadão (PRDC) dos estados de Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). A medida atende ao pedido do Grupo de Trabalho (GT) Empresas e Direitos Humanos, da própria PFDC, que sugeriu a realização de uma ação coordenada voltada à investigação de eventuais práticas que violem, especialmente, os direitos à vida e à saúde, por parte de organizadores, transmissoras e patrocinadoras do evento.

O procurador federal dos direitos do Cidadão, Carlos Alberto Vilhena, sugeriu à unidade do Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro a apuração de atos praticados pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), pela Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol), pelas empresas patrocinadoras do evento (Mastercard, Ambev, Latam, Semp TCL, Diageo, Kwai, Betsson e TeamViewer), pelos governos estadual e municipal.

Em São Paulo, a proposta é que as investigações se iniciem pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), pela Disney (canais ESPN e Fox Sports) e pelas empresas patrocinadoras das transmissões (Kwai e Betfair). Ao PRDC do DF sugeriu a apuração em relação aos atos comissivos ou omissivos praticados pelos governos federal e distrital. Já ao MPF de Goiás e de Mato Grosso a apuração deve alcançar ações dos governos estaduais e municipais referentes ao local da partida.

O documento produzido pelo GT da PFDC destacou a decretação de situação de calamidade no Brasil, em decorrência da pandemia da Covid-19, a possibilidade de transmissão de pessoas assintomáticas e pré-sintomáticas, a circulação de diversas variantes cujos estudos indicam associação à maior carga viral e maior potencial de transmissibilidade e asseverou que as cidades sedes têm mais de 80% de ocupação de leitos de UTI devido ao agravamento da crise sanitária. Pelo menos, 585 pessoas de diferentes países circularão pelo Brasil entre equipe técnica, funcionários dos estádios, seguranças, jornalistas e torcedores, inclusive com intercâmbio de novas cepas.

Íntegra

[Recomendação do Grupo de Trabalho Direitos Humanos e Empresas](#)

[Despacho PFDC](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação e Informação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC)

[Anvisa divulgou esclarecimentos sobre o processo de análise do pedido de estudo clínico da vacina Butanvac](#)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgou, na segunda-feira (7), nota de esclarecimento referente à avaliação do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM), entregue pelo Instituto Butantan ao órgão, para solicitar a autorização dos estudos clínicos da vacina contra a Covid-19 Butanvac.

Segundo a autarquia, a solicitação de anuência para realização dos estudos clínicos do imunizante encontra-se em fase de exigência. Nesse momento, a agência e o Instituto Butantan estão em processo de troca de informações para que a documentação complementar, atinente ao protocolo do estudo, seja entregue e concluída.

[Testes empregados para diagnosticar a infecção pelo vírus Sars-Cov-2 não devem ser utilizados para avaliar o nível de imunidade após a vacinação, alertou a Anvisa](#)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária publicou alerta, na terça-feira (8), para informar que os testes destinados ao diagnóstico da Covid-19 disponíveis no mercado não devem ser utilizados para avaliar o nível de imunidade após a vacinação contra o novo coronavírus. De acordo com o órgão, os produtos registrados no Brasil são empregados, unicamente, para identificar a infecção pelo vírus Sars-CoV-2.

A autarquia afirmou que não foi estabelecida, até o momento, a definição da quantidade mínima de anticorpos neutralizantes (que evitam a entrada e a replicação do vírus nas células) para conferir proteção imunológica contra a doença: "A Agência reforça, ainda, que não há embasamento científico que correlacione a presença de anticorpos contra o Sars-Cov-2 no organismo e a proteção à reinfeção. Sendo assim, nenhum resultado de teste de anticorpo (neutralizante, IgM, IgG, entre outros) deve ser interpretado como garantia de imunidade e nem mesmo indicar algum nível de proteção ao novo coronavírus.", ressaltou a Anvisa.

Para mais informações, confira a [Nota Técnica nº 33/2021/SEI/GEVIT/GGTPS/DIRE3/ANVISA](#), cujo conteúdo informa sobre os produtos para detecção de anticorpos neutralizantes contra o vírus Sars-Cov-2.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

[Boletim Observatório Covid-19 alertou para tendência de crescimento da SRAG em 12 estados e no Distrito Federal e a situação crítica da mortalidade materna e dos elevados percentuais de](#)

ocupação de leitos de UTI

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) publicou, na última sexta-feira (4), nova edição do Boletim Observatório Covid-19, retratando o cenário epidemiológico do país. De acordo com a publicação, durante as Semanas Epidemiológicas 20 e 21 (16/5 a 29/5) foi observada uma tendência de crescimento da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em 12 estados e no Distrito Federal.

No que se refere às taxas de incidência e de mortalidade decorrentes do novo coronavírus, o texto afirma a ocorrência de estabilidade nas duas últimas semanas epidemiológicas, o que consolida a formação de um platô com altos valores médios de casos e óbitos no País.

Além do panorama de casos e óbitos ocasionadas pela SRAG e o vírus Sars-CoV-2, causador da Covid-19, o boletim alerta para a situação crítica da mortalidade materna no Brasil e os elevados percentuais de ocupação dos leitos de UTI.

Íntegra

[Boletim Observatório Covid-19 \(SE 20 e 21\)](#)

Boletim InfoGripe atinente à 21ª Semana Epidemiológica (23/5 a 29/5/2021)

Com base em dados do Sivep-Gripe, plataforma que registra as notificações relativas à Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), foi produzido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e demais parceiros o Boletim InfoGripe atinente à Semana Epidemiológica 21 (23/5 a 29/5/2021).

A publicação apresenta, dentre outras informações, o atual cenário dos casos e óbitos por SRAG no país, bem como verificação da tendência de curto e longo prazo relativa à doença.

Íntegra

[Boletim InfoGripe \(SE 21\)](#)

Fiocruz estima que a próxima remessa de IFA para a produção da vacina contra a Covid-19 chegará no próximo sábado (12)

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) informou, no início desta semana, a chegada de nova remessa do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA) no próximo sábado (12), o que viabilizará a produção de vacinas da AstraZeneca/Oxford/Fiocruz para entrega ao Programa Nacional de Imunizações (PNI) até 10 de julho.

Entregas – A partir desta semana, a Fiocruz entregará as doses de vacina para consecução da campanha de imunização contra a Covid-19 em duas remessas. Às sextas-feiras, as doses serão encaminhadas ao Estado do Rio de Janeiro, e aos sábados, serão enviadas para almoxarifado central do Ministério da Saúde em São Paulo.

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

[Na última segunda-feira \(7\), o Ministério da Saúde aprovou protocolo de segurança sanitária da](#)

Copa América

Considerando a realização da Copa América no Brasil, nos dias 13/6 a 10/7/2021, o Ministério da Saúde aprovou, na última segunda-feira (7), o protocolo de segurança sanitária apresentada pela Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol).

Segundo a pasta, o protocolo estabelece que os estádios não receberão torcedores. Dentre outras medidas, jogadores e delegações ficarão isolados em quartos separados com permissão para saída apenas para treinos e partidas, e terão que se submeter à testagem para Covid-19 a cada 48 horas e antes da saída do País.

As partidas serão sediadas em Cuiabá (MT), Brasília (DF), Goiânia (GO) e Rio de Janeiro (RJ). Estima-se que, cerca de 450 pessoas, trabalharão no evento: "A competição será composta por 28 jogos. Serão 10 seleções, com 65 membros, cada, incluindo atletas e delegação. Além disso, está prevista a participação de aproximadamente 450 pessoas trabalhando à disposição da Conmebol. As partidas serão sediadas em Cuiabá (MT), Brasília (DF), Goiânia (GO) e Rio de Janeiro (RJ)." explicou o Ministério da Saúde.

Ministério da Saúde anunciou a chegada de mais 527 mil doses da vacina Comirnaty, desenvolvida pela Pfizer/BioNTech, na terça-feira (8)

De acordo com informações do Ministério da Saúde, novo lote com 527 mil doses da vacina Comirnaty, da Pfizer/BioNTech, chegará ao Brasil na terça-feira (8). Ainda, nesta semana, o órgão prevê o recebimento de mais dois lotes do referido imunizante, com 936 mil doses cada.

Até o momento, cerca de 5,9 milhões de doses da Comirnaty foram distribuídas aos estados e ao Distrito Federal.

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados extraídos do Painel Coronavírus, atualizados em 7 de junho de 2021, informam que o Brasil registra 16.984.218 casos de infecção pelo novo coronavírus e 474.414 óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Ministério da Saúde

Petrobras entregou microssinas para produção de oxigênio medicinal aos estados do Ceará e o Rio Grande do Sul

A Petrobras entregou, nesta semana, duas microssinas para produção de oxigênio medicinal aos estados do Ceará e do Rio Grande do Sul. Os equipamentos produzem 25m³ do gás por hora, volume capaz de atender 100 leitos, dentre esses, 21 de UTI.

De acordo com a instituição, serão investidos 10 milhões de reais para aquisição de 12 microssinas de

oxigênio destinadas a estados que possuam unidades de operações da Petrobras e criticidade nas taxas de incidência e mortalidade pela Covid-19.

Fonte: Petrobras

[SS - 5.496/SP: STF restabeleceu efeitos de decreto que estabelece restrições ao funcionamento de estabelecimentos comerciais em Franca/SP](#)

Ao apreciar a Suspensão de Segurança nº 5.496/SP, o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Luiz Fux, suspendeu os efeitos das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) que haviam sustado a eficácia do Decreto Municipal nº 11.271, de 24 de maio de 2021, o qual estabelece restrições ao funcionamento de estabelecimentos comerciais como medida de combate à pandemia no município de Franca/SP.

De acordo com a decisão, tratando-se de ato normativo expedido no exercício de competência legítima do município, amparado em dados técnicos e científicos, e inexistindo desproporcionalidade ou irrazoabilidade no seu conteúdo, impõe-se o restabelecimento da plena eficácia da norma.

Íntegra

[Decisão \(Suspensão de Segurança nº 5.496/SP\)](#)

Fonte: Supremo Tribunal Federal

[Diário Oficial da União](#)

Visando dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Edital de Chamamento nº 9, de 4 de junho de 2021](#) – reabertura, pelo prazo de 90 (noventa) dias, do Edital de Chamamento nº 04, de 8 de março de 2021 para convocar empresas detentoras de registro de medicamentos a fornecerem informações sobre a fabricação, importação e distribuição de anestésicos, sedativos, bloqueadores neuromusculares e agentes adjuvantes, e vacinas contra a Covid-19, entre outros medicamentos, empregados para a manutenção da vida de pacientes infectados pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2), a contar de 8 de junho de 2021.

[Portaria GM/MS nº 1.133, de 2 de junho de 2021](#) - autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

[Portaria GM/MS nº 1.134, de 2 de junho de 2021](#) - autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

[Portaria GM/MS nº 1.135, de 2 de junho de 2021](#) - libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19.

[Portaria GM/MS nº 1.137, de 2 de junho de 2021](#) - autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

[Portaria GM/MS nº 1.147, de 7 de junho de 2021](#) - autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a estados e municípios.

[Portaria GM/MS nº 1.149, de 7 de junho de 2021](#) - autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios.

[Portaria GM/MS nº 1.150, de 7 de junho de 2021](#) - libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos das Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), tipo II Adulto e Pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19.

[Processo nº 246/2021 \(Pregão Eletrônico nº 67/21\)](#) - aquisição de materiais médico-hospitalares essenciais para o enfrentamento da pandemia decorrente da Covid-19. Valor total: R\$ 11.691.000,00 (onze milhões, seiscentos e noventa e um mil reais). Validade 12 (doze) meses.

Fonte: Imprensa Nacional

O GIAC permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informação atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (GIAC) - <http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=l.start_date&t%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bffd36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalhador-conheca-as-acoes-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-acoes-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres – http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqA-Ecy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing> e http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>
Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>
Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>
Fundo Nacional de Saúde - <https://portalfns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid->
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>
Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacontracoronavirus>
Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>
Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>
Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>
Ministério da Educação - http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791
Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confira-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>
Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>
Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>
Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>
Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>
Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>
Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>
Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/porta1p/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>
Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>

Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/criises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Conselho Nacional de Saúde – <http://conselho.saude.gov.br/>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>